

CAPÍTULO 16

O Golpe como Medida de Radicalização da Ofensiva contra a Classe Trabalhadora*

Caroline Magalhães Lima

Este capítulo apresenta reflexões que contribuem para o exercício de apreensão do movimento da ofensiva burguesa contra a classe trabalhadora, a partir das contratendências operadas por frações da burguesia em resposta à crise do capital no Brasil. Para isso, parte-se da compreensão de que o golpe institucional de 2016, que depôs a Presidenta Dilma Rousseff (2011-2016), se constituiu em um momento de aceleração brusca das condições necessárias à implementação intransigente do ajuste fiscal permanente, com a difusão de um “terrorismo econômico”, a fim de garantir a restauração da hegemonia burguesa, apoiada no enraizamento do conservadorismo como estratégia para garantir as condições objetivas de sua operacionalização.

O referido golpe não é compreendido como mera data ou marco, mas um processo em si, e em continuidade, que aponta para a elevação da acumulação de capital em um polo, e aumento do pauperismo em outro, revelando toda a atualidade e validade da Lei Geral da Acumulação Capitalista.

A radicalização do neoliberalismo vista em todo o mundo e no Brasil, conforme o recorte adotado, traz consigo um caldo cultural de caráter ultraconservador, que forja um senso comum a partir de um conjunto de ofensivas ideológicas burguesas enraizadas no cotidiano da classe trabalhadora a partir de aparelhos privados de hegemonia, e de medidas anticrise que afetam diretamente as condições de vida da classe que vive do trabalho, em que o Estado passa cada vez mais a ser capturado em suas diversas esferas, implementando políticas de caráter ultraneoliberal e conservadoras, seja no governo neofascista de Jair

* 10.29388/978-65-6070-130-4-0-f.302-322

Bolsonaro (2019-2022), seja no governo de capitulação de Lula (2023-2026).

O golpe de 2016 sofrido pela presidenta Dilma está para além de si mesmo, tem um significado maior, de resposta do Estado aos clamores de setores da burguesia, especialmente relacionados ao agronegócio exportador e às finanças bancárias e especulativas. O golpe envolveu o judiciário, a mídia e o parlamento, e produziu um “caldo cultural” que reforçou a pauta conservadora, abrindo palco para a cena ultraneoliberal, que tem operacionalizado medidas que aprofundam o ajuste fiscal permanente e radicalizam o quadro das expropriações, retirando direitos sociais e direcionando o fundo público para a sanha capitalista, expandindo a acumulação de capital e a intensificação da exploração da força de trabalho.

O golpe de 2016 irrompe um novo momento no Brasil, no qual o Estado, buscando responder à crise do capital, opera sob o bastião do ultraneoliberalismo a fim de viabilizar a execução de medidas de contratendência, sustentado pelo disseminado “terrorismo econômico” através da mídia burguesa. Medidas essas que se assemelhavam tanto na forma, como no conteúdo, com o projeto contrarreformista de FHC (Behring, 2019, p. 57-58), nos idos anos de 1990. O Novo Regime Fiscal implantado no governo usurpador de Michel Temer (sustentado por frações da burguesia), que aprovou a Emenda Constitucional 95, sinalizava as profundas mudanças no âmbito dos direitos sociais.

[...] O discurso da EC 95 foi o de realizar sacrifícios para entregar um país saneado e que voltasse a crescer, responsabilizando os gastos públicos e a dívida. Mas, apesar de a dívida brasileira ter chegado em 2016 a 4,2 trilhões e a relação dívida/PIB estar em 70,1% nesse mesmo ano, é preciso comparar para justificar a necessidade de uma medida tão destrutiva: em 2002, a relação dívida/PIB com FHC era de 81%; a dos EUA, de 101%; da zona do euro hoje, cerca de 90,7%; do Japão, de 229,2%, todos em 2016. (Behring, 2019, p. 59).

A Emenda Constitucional 95 estabeleceu mais uma etapa do ajuste fiscal permanente (Behring, 2019), burlando a redação original da Constituição, tocando um “aventureirismo irresponsável inimaginável, em que independentemente do desempenho econômico, congelam-se os gastos primários do orçamento público brasileiro [...] libera a apropriação do fundo público pelo capital portador de juros [...]” (Ibid, p. 59-60). Segundo a autora, em outro trabalho,

O objetivo é criar um bom “ambiente de negócios” para extrair mais-valia, de um lado, e realizar a maior punção possível do fundo público, de outro. Este último, insistimos, é formado pela mais-valia socialmente produzida (trabalho excedente) e por parte do trabalho necessário (renda dos trabalhadores), onde incidem os impostos e contribuições, de forma extremamente regressiva no Brasil. O fundo público, como um pressuposto da reprodução ampliada do capital, em tempo de crise, passa a ser disputado ferozmente, como vimos anteriormente. Nesse sentido, a política econômica bolsonarista se volta a aprofundar muito os parâmetros do ajuste fiscal brasileiro. Este foi o sentido do golpe de 2016 que abriu caminho para a vitória eleitoral desse projeto neofascista em 2018. (Behring, 2021, p. 207-208).

O teto dos gastos, a contrarreforma trabalhista, a contrarreforma da previdência e as tentativas de desregulamentação do Sistema Único de Saúde (SUS) e de desvinculação dos benefícios previdenciários e assistenciais ao salário mínimo, materializam a ofensiva burguesa no âmbito cotidiano, revelam o conservadorismo da burguesia no contexto da luta de classes, que se manifesta nas expressões ideológicas dessa ofensiva, que se expressa e reflete no âmbito da consciência dos indivíduos, afirmando, reforçando e reproduzindo a ideologia que sustenta a hegemonia burguesa. Utilizar o ultraneoliberalismo como categoria analítica não significa afirmar uma mudança na essência do neoliberalismo, mas que no Brasil, país periférico que sofre expropriações de múltiplas formas pelo imperialismo organizado, inclusive com o apoio ao golpe de 2016, a ofensiva neoliberal pós-golpe alterou a política fiscal e econômica, aprofundando-a exacerbadamente. As EC 95 e

93, a contrarreforma trabalhista e da previdência de Bolsonaro são expressões desse aprofundamento inédito (Behring, 2021), cuja essência está na concepção clássica liberal que toma a miséria como insolúvel, o que justificaria a tentativa de redução das políticas sociais, que devem assegurar somente o mínimo necessário àqueles e àquelas que não conseguem competir no mercado de trabalho (crianças, idosos, deficientes).

A burguesia, como resposta à crise do capital, operacionaliza tais contratendências operando coerção e consenso, objetiva e subjetivamente. O golpe de 2016 não foi somente uma data ou marco histórico, mas simboliza um processo de ruptura e requalificação do neoliberalismo no Brasil a partir de um “freio de arrumação” que expandiu e aprofundou os processos de expropriação contemporâneos, a exploração e a superexploração do trabalho, respaldando-se em uma base econômica, legislativa e ideológica disseminada pela mídia, pelas Igrejas (principalmente evangélicas) e por *think tanks*. Assim, concordamos com Mota e Rodrigues, quando as autoras afirmam que:

[...as frações burguesas] precisam contrarreformar o Estado, alquebrar as ideologias do trabalho, as conquistas libertárias e os embriões de emancipação humana, ressignificando seus conteúdos em prol de outra direção política e moral, como o combate à corrupção, da fetichização do judiciário, da cristianização e militarização do poder e da redução do Estado, entre outros. Ademais, os retrocessos econômicos, sociais e políticos processados no país desde o golpe de 2016 até a constituição de um governo autoritário e antipopular, encabeçado pela extrema direita (ou por uma nova direita), em 2018, expressam também o esgotamento das potencialidades civilizatórias do capitalismo no tardo-capitalismo (2020, p. 205).

Com o golpe, ocorre de forma mais evidente a retirada de direitos sociais a partir das contrarreformas, do ajuste fiscal permanente, da desindustrialização e constante financeirização das políticas sociais, de forma que temos a formação de um cenário sombrio, segundo Iasi (2018):

Esse cenário sombrio é a mais clara reversão de uma expectativa estruturante do ciclo que se encerrou. Aceitou-se como premissa a tese essencial de Marshall (1967), segundo a qual a dinâmica do direito seria cumulativa e progressiva, de forma que o acesso efetivo aos direitos civis e políticos levaria à conquista de direitos sociais pelo aperfeiçoamento dos marcos institucionais do Estado nessa direção. O cenário descrito por nós, tendo por base a crise do capital e o momento mundial da civilização capitalista, leva não a um aprimoramento do direito, mas a uma reversão mesmo no sentido dos direitos civis mais elementares, como mostram didaticamente os termos do Patriotic act nos EUA depois dos ataques de 2001, as leis anti-imigração na comunidade europeia, a tolerância do direito internacional contra violações explícitas de seus fundamentos nos conflitos na Líbia e Síria, para não falar da barbárie do Estado Sionista de Israel contra a Palestina. O mesmo pode ser dito da complacência bovina com a qual a estrutura judiciária brasileira vê os termos da Reforma Trabalhista, a chacina diária das diferentes políticas de segurança pública, transformadas em máquinas de extermínio de jovens negros e de matéria-prima para o encarceramento contra todos os dispositivos previstos na legislação específica, como a Lei de Execuções Penais, a Constituição Federal e os tratados que definem o respeito aos Direitos Humanos. (p. 150-151).

A citação revela a retirada e a reversão de direitos e evidencia o desmonte e a captura do Estado (a partir do fundo público) pela burguesia. Outro exemplo desse desmonte está, como vimos, no processo de (contra)Reforma da Previdência, na qual a própria Confederação Nacional das Indústrias (CNI), junto a outros aparelhos privados de hegemonia, investiu em uma campanha publicitária ofensiva para convencer milhares de cidadãos de que direitos na verdade eram privilégios, de que era preciso a aprovação dessa contrarreforma para acabar com tais “privilégios”, atacando principalmente servidores públicos.

Composta por cartaz, selo, material para compartilhamento nas redes sociais, cartilha e tira-dúvidas, a campanha esclarece e

mostra à população a importância das mudanças nas regras da aposentadoria. Além da CNI, **apoiam a mobilização as confederações empresariais** da agricultura (CNA), dos transportes (CNT), do comércio (CNC), **das instituições financeiras (CNF), das seguradoras e de previdência privada (CNSeg)** e das cooperativas (CNCoop) e outras entidades. [...] A campanha acrescenta que **a reforma "é justamente contra os privilégios e a favor da igualdade"**. Lembra, ainda, que para pagar os benefícios de poucos privilegiados, a população perde investimentos em saúde, educação e segurança. "Só com o rombo de um ano, daria para pagar mais de 10 anos de Bolsa Família, por exemplo", informa. (FIEC, 2017).

A CNI tratava servidores públicos, pensionistas e professores como privilegiados, buscando defender a retirada de diversos direitos a partir do mecanismo da contrarreforma, alegando que isso garantiria “equilíbrio das contas públicas” e “sustentabilidade econômica” para os empregadores. Além disso, a CNI também defende a campanha de redução e/ou extinção do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) e a contratação de funcionários em empresas privadas via MEI (Microempreendedor Individual), não mais via CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), reduzindo ainda mais direitos trabalhistas historicamente conquistados pela classe trabalhadora e ampliando o tempo de trabalho excedente, a taxa de mais-valia e a taxa de exploração (Netto; Braz, 2011).

A partir de intensa propaganda, organismos da grande burguesia e seus aparelhos privados de hegemonia, como a mídia, difundem ideologias e argumentos unilaterais que disseminam o falseamento da realidade junto à classe trabalhadora. Querem retirar direitos sociais, chamados por eles de privilégios, e transformar seus privilégios em direitos (como contar com subsídios, empréstimos e incentivos governamentais, vide o Plano Safra 2024, capturando grandes montantes do fundo público). A ofensiva ideológica disseminada pela mídia burguesa alcança outros setores da vida social, adentrando as Igrejas, as Escolas e as Universidades, que difundem cada vez mais a naturalização do individualismo exacerbado e da

concorrência do empreendedorismo, associadamente aos valores próprios ao conservadorismo moral. Dessa forma, concorda-se com Mota e Rodrigues (2020) ao afirmarem que:

Sua pauta comportamental retrógrada, sob o argumento da defesa da família tradicional, monogâmica e cristã, contra a homossexualidade e os direitos da mulher e dos negros, se integra perfeitamente à pauta econômico-social brutalmente regressiva, mediante contrarreformas do Estado, do ajuste fiscal e de medidas que requerem o recrudescimento da coerção, do silenciamento das divergências e o retrocesso no conjunto das práticas sociais. Essencialmente antimoderno no conteúdo, mas moderno na forma, esse novo conservadorismo de tipo reacionário recorre a ferramentas e estratégias *high techs* e de inovações tecnológicas, como a utilização intensa das redes sociais e robôs. Essas novas dinâmicas digitais surgem como meio de ampliação de sua capilaridade social e da defesa de ideias retrógradas, através de um discurso sintonizado com as premissas neoliberais de desregulamentação, privatização, mercantilização e apelo ao empreendedorismo. (p. 203-204).

Outra forma de disseminação dessas ideologias tem sido através das tecnologias de informação e redes sociais digitais. O uso de tecnologias se expandiu no contexto de desenvolvimento informacional, apropriando-se delas como ferramentas disseminadoras *da ideologia conservadora*. Ao invés de através de um partido político formal e único, os aparelhos privados de hegemonia que carregam em sua essência os ideais conservadores arregimentam seus seguidores mediante redes sociais não regulamentadas e que espalham e promovem seus discursos.

A propagação de *fake news*, por exemplo, a disseminação de vídeos com discursos de ódio e conotação alienante, livros superficiais e cursos de qualidade duvidosa, é oferecida por *think tanks*, como parte do investimento dessa burguesia conservadora, que opera através das chamadas *big techs* não regulamentadas e de outros mecanismos,

buscando enraizar suas ideologias e promover suas estratégias político-econômicas de superação da crise.

Assim, as práticas e ideologias do núcleo central desse conservadorismo reacionário filo-fascista **são reveladoras da ofensividade ideopolítica das classes dominantes, qualificando-se como as principais estratégias de enfrentamento da crise econômica e política que se espalha no país – e isso se dá por meio da implantação de um programa autoritário e antipopular, condizente com os interesses do capital financeiro e rentista.** (Mota e Rodrigues, 2020, p. 204, grifo nosso).

O conservadorismo penetra o cotidiano das classes subalternas, a partir dos aparelhos privados de hegemonia, ganhando fôlego e expressão no senso comum, “pois concentra esforços no sentido de dar vazão ao ressentimento generalizado entre as frações menores da pequena burguesia, dos trabalhadores e do lumpemproletariado, por meio da indicação abstrata de razões para a crise e as dificuldades práticas do cotidiano” (Mota; Rodrigues, 2020, p. 205). Segundo as autoras, o reacionarismo constante no pensamento conservador vigente na sociedade brasileira contemporânea possui um matiz neofascista que “compõe uma nova etapa da hegemonia burguesa no país, incluindo novos elementos à cultura da crise” (Mota; Rodrigues, 2020, p. 205).

Ocorre a adesão de parcelas das classes subalternas, a partir da ofensiva ideológica burguesa, ao conservadorismo e ao neofascismo, à agenda político-moral e econômica da direita, que se utiliza de diversos mecanismos para expropriar direitos sociais e avançar sobre o orçamento público, como o hiperindividualismo, o ultraneoliberalismo e o fundamentalismo religioso (Mota; Rodrigues, 2020).

Essa cultura autoritária, antissocial, antimoderna e com características neofascistas surge do processo de rompimento do pacto da conciliação de classes construído durante os governos petistas, que encontrou seu limite no contexto de crise do capital e de suas

repercussões para a burguesia em solo brasileiro, que culminou com o golpe de 2016 articulado por diversas frações da burguesia e do aparato estatal (Mota; Rodrigues, 2020, p. 204). Dessa forma, a burguesia, organizada politicamente e através de seus aparelhos privados de hegemonia, busca operar a revolução passiva na dinâmica de avanço da precarização e uberização do mundo do trabalho, acirrando a crise da organização sindical e partidária dos trabalhadores/as.

A partir da operacionalização de toda essa ofensiva, forma-se um novo perfil de jovens operários/as e trabalhadores/as “no rastro da destruição dos empregos, do trabalho protegido, das terceirizações, da uberização do trabalho individual e por conta própria, após 30 anos de investidas neoliberais.” (Mota e Rodrigues, 2020, p. 205). Mesmo em um perfil empobrecido, endividado, sem perspectivas de um futuro com acesso à seguridade social pública, gratuita e de qualidade, amplas frações jovens de nossa classe trabalhadora compraram o discurso da direita e do conservadorismo, levando parte dos votos nas disputas eleitorais de 2018 e 2022 ou mesmo afastando-os da cena eleitoral, a partir de altos índices de abstenção.

Se em 2018, Bolsonaro parecia a melhor alternativa eleitoral para algumas frações da burguesia, na sequência, o que vimos foi um tensionamento, que o levou à derrota em 2022. Em 2019, com a entrada de Paulo Guedes, representante do capital financeiro no Ministério da Economia, uma agenda econômica proposta e construída desde o golpe foi operacionalizada de forma draconiana, o que na prática levou a uma série de regressões sociais e econômicas, aliadas a um reacionarismo neofascista que funciona como uma arma contra a classe trabalhadora e a esquerda política, que garante legitimidade à remoção dos obstáculos à expansão do capital, a partir da imposição de um “terrorismo econômico”, que traz o medo do desemprego, da insegurança alimentar, da baixa condição de garantir as necessidades sociais no futuro imediato e na velhice, da morte violenta, dentre tantos outros *medos* vivenciados pela nossa classe (Lima, 2023).

Assim, é possível dizer que, frente à crise do capital, à hipertrofia do capital financeiro e à ofensiva ultraconservadora e ultraneoliberal, as classes dominantes – nacional e internacionalmente – promoveram as condições materiais e subjetivas para a passivização das classes subalternas aos seus interesses materiais e políticos. E o fizeram (e fazem) na tentativa de exercer sua dominação direta, malgrado a resistência de importantes setores da esquerda. Além de classe dominante, a burguesia investe em tornar-se de classe dirigente (sob o signo do seu projeto) e, para isso, precisa formar consensos ativos e passivos junto às classes subalternas, ao tempo em que arregimenta meios institucionais e materiais de coerção. Consoante à histórica ofensiva antirreformista e autoritária da burguesia brasileira, as classes trabalhadoras devem assimilar como seus os costumes e as ideias propagandeadas pelos aparelhos privados de hegemonia da direita. (Mota; Rodrigues, 2020, p. 205).

Segundo as autoras, em países periféricos como o Brasil, cuja história democrática é permeada por golpes e pela violência da autocracia burguesa, pela inexistência da experiência de um Estado de Bem-Estar Social, sem “sobras” de recursos voltados para políticas de bem-estar para cortar, o avanço do ultraneoliberalismo vem casado à disseminação do conservadorismo reacionário, antidemocrático, intolerante, que não pode ser dissociado, servindo um de mediação ao outro, “para legitimar uma radical supressão dos direitos trabalhistas e dos pilares de proteção social previstos na Constituição de 1988” (Mota e Rodrigues, 2020, p. 205).

A partir do “terrorismo econômico” e do medo do desemprego, justificava-se a contrarreforma trabalhista, que desregulamentou direitos e flexibilizou a legislação; a partir do discurso contra o funcionalismo público – constantemente acusado de corrupto, lento, incompetente etc. – justificava-se a contrarreforma administrativa, o desmonte de políticas sociais, as privatizações e terceirizações; a partir do discurso de possível falência do Estado, do desequilíbrio das contas

públicas, se justificou a contrarreforma da previdência social e os diversos ajustes fiscais que vivenciamos (Lima, 2023).

[...] A característica mais imediata do conservadorismo contemporâneo, [...] consiste em que ele não se apresenta como conservadorismo e, portanto, oculta e escamoteia sua raiz e seu conteúdo conservador. Isso é de uma visibilidade gritante, se se compara um intelectual da estatura de Durkheim com um sociólogo do nível de um Giddens: a honestidade subjetiva de Durkheim leva-o a assumir-se abertamente um conservador; o respeitado acadêmico que assessorou Tony Blair “ressignifica” o termo, trata os socialistas como “conservadores” – e, naturalmente, oferece como não-conservadora a requeitada receita da “terceira via”, que nada mais é que uma social-democracia desfribada e tardia “para além da direita e da esquerda”. (idem, p. 16-17).

A citação acima retrata a forma como o conservadorismo se expressa no tempo presente: tanto se enraíza a partir de vertentes do pensamento pós-moderno como aponta uma direção política, que, no exemplo acima, aponta uma “terceira via”, argumento utilizado nas eleições presidenciais no Brasil, no contexto de efervescência política pós-junho de 2013, em que diversas candidaturas apresentavam essa proposta.

Segundo Leila Escorsim Netto (2011), reproduzindo Cueva, vivemos *tempos conservadores*. Tempos que acompanham o movimento da “ofensiva neoliberal”, em que uma onda conservadora se constituiu ainda nos anos 1970 e vem tomando corpo e conteúdo em todo o mundo, “para as sociedades civis dos Estados ocidentais, com as incontornáveis implicações nestes mesmos Estados” (idem, p. 16). Ainda assim, o conservadorismo possui uma constituição histórica e passa por transformações no movimento da sociedade burguesa: “o pensamento conservador é uma expressão cultural [...] particular de um tempo e um espaço sócio-histórico muito precisos: *o tempo e o espaço da configuração da sociedade burguesa*” (Escorsim Netto, 2011, p. 40-41). O que vivenciamos hoje é, pois, uma atualização do conservadorismo.

O pensamento conservador presente nos países capitalistas, tanto do centro quanto da periferia, hoje, é diferente daquele conservadorismo clássico apontado a partir do estudo de Leila Escorsim Netto (2011), mas não tanto. Desde a crise dos *subprimes* de 2008, observam-se elementos de um conservadorismo e de um ultraconservadorismo que ganham espaço na mídia, nas instituições de ensino, nas igrejas e em outras esferas sociais.

O conservadorismo e o neoconservadorismo de hoje apresentam um conteúdo reacionário que flerta com ideais neofascistas (Mota e Rodrigues, 2020), e, defendemos aqui, que utilizam veladamente o “terrorismo econômico” para justificar seu ódio a tudo o que corresponde ao outro: os “comunistas” que solicitam mais recursos do orçamento público para a implementação de direitos e políticas sociais; as religiões de matrizes não eurocêntricas e todas as pessoas que criticam a mercadorização da fé e não laicização do Estado; as populações não-brancas, periféricas, tradicionais e LGBTQIAPN+ que reivindicam direitos sociais e disputam o fundo público, afetando – segundo os conservadores e neoconservadores – a estabilidade social.

[...] o conservadorismo avançou em termos políticos, adensou-se ideologicamente, expressa-se no cotidiano e nas instituições, avança sobre a produção de conhecimento, demarca posições na batalha das ideias, confere conteúdo a decisões da política econômica dos estados capitalistas e entrelaça-se com outras matrizes como o liberalismo e o pragmatismo. No debate filosófico, tenta se passar como se fosse uma “forma de ser” própria de sujeitos “prudentes” (KIRK, 2014) e preocupados com a “manutenção da ordem”. Essas características denotam a ampliação e o aprofundamento da influência conservadora sobre o conjunto da sociedade [...]. (Anúnciação De Souza, 2018, p. 38-39 apud Mota; e Rodrigues, 2020, p. 203).

O conservadorismo é expressão dessa ofensiva ideológica burguesa que compõe a cultura da crise e possui uma funcionalidade própria à dinâmica do capitalismo contemporâneo. Não se trata de afirmar que seja algo planejado por intelectuais burgueses em suas

conferências, clubes e reuniões, mas que a ideologia e a produção material da vida compõem uma totalidade, que não pode ser dissociada, examinada separadamente, a não ser como abstração, recurso pedagógico, ou perde-se o método, reproduzindo determinismos e mesmo um dogmatismo para um lado ou outro. Assim, concordamos com Mota e Rodrigues, quando afirmam que:

Elucidar a funcionalidade desse conservadorismo na dinâmica do capitalismo contemporâneo requer analisar os fios que ligam seus elementos internos estruturantes (seus componentes ideológicos centrais) aos antagonismos das classes fundamentais, em disputa num cenário de aprofundamento da crise estrutural do capital, mediado, ainda, pelas injunções econômicas e políticas particulares de cada formação social. [...] Note-se que o neoconservadorismo não se apresenta como um sistema coerente de ideias, mas como um compósito ideológico constituído por doutrinas muito diversas e, até mesmo, colidentes entre si, tais como o libertarianismo, o fundamentalismo religioso e um anti-comunismo reciclado. (2020, p. 203).

Cada vez mais a disseminação e o enraizamento do pensamento conservador no cotidiano da classe trabalhadora amplia a alienação e a fragilização do processo de formação da consciência de classe, de se reconhecer enquanto classe, a partir do avanço do individualismo que acompanha a glorificação do mercado, da propriedade privada e da família, nos discursos presentes em pregações nas igrejas, nos programas de rádio e *podcasts* voltados ao público jovem, nos enredos de programas de TV, no discurso liberal disseminado pelos *think tanks* e suas mídias, mas que tem suas origens no processo de consolidação da figura do cidadão-consumidor, construída como estratégia burguesa para a reprodução do capital (Mota, 2015). Figura que guarda não somente a ideologia e a cultura da ostentação, mas revisita a necessidade constante do capital de produção de mercadorias e garantia de seu consumo para garantir a reprodução de capital. Cada vez mais, o fetiche da mercadoria analisado por Marx ganha sentido para além de seu exercício de abstra-

ção, ganha significado na realidade concreta de nossas vidas. Nesse sentido, valores como enriquecimento, empreendedorismo, meritocracia, família (herança) e propriedade privada ganham um cunho moral e político pautado no chamado ultraneoliberalismo, e as conquistas daqueles movimentos democratizantes da década de 1970-1980 no Brasil passam a ser demonizadas por discursos que solicitam a volta da ditadura militar e/ou a intervenção de militares no Estado democrático de direito.

No contexto de ascensão do conservadorismo e do neofascismo na sociedade brasileira atual, é importante contextualizar o poder que a fetichização do judiciário teve, como um dos protagonistas do golpe. A mídia construiu uma credibilidade no senso comum sobre o sistema judicial, como se este fosse imparcial e imune à corrupção. A militância judiciária da 4ª Vara do Tribunal de Justiça, no Paraná, reduziu o debate político e realizou uma operação de despolitização da sociedade, muito mais semelhante à investigação judicial realizada em 1918 pela República de Weimar, do que de fato à Operação Mãos Limpas italiana (Ibrahim, 2021). Os julgamentos de Weimar eram extremamente severos com pessoas de esquerda e lenientes com pessoas de direita, o que fortaleceu o projeto nazista (ainda embrionário).

No Brasil, a militância política do judiciário envolvido na Operação Lava Jato descredibilizou não somente o PT, mas toda a esquerda, que recebeu a pecha de corrupta, o que contribuiu para o projeto bolsonarista em 2018, que apoiou amplamente a Operação e seus julgamentos políticos, olvidando de empresários e técnicos, sempre com a ilusão moralista. Para Michel Löwy,

[...] enquanto entre a direita europeia o tema da corrupção existe, mas em posição marginal, no Brasil a velha tradição conservadora de invocar o poder das oligarquias ou legitimar golpes foi decisiva para a vitória de Bolsonaro, que foi bem-sucedido em identificar o PT como o “principal responsável pela corrupção”; o “ódio à esquerda, ou à centro-esquerda”, extemporâneo em relação à Guerra Fria, e tão presente no

bolsonarismo, é secundário na extrema-direita europeia ocidental[...]; a adesão de Bolsonaro a um programa ultraliberal e o alinhamento ao imperialismo estadunidense são distintos da ênfase crítica à globalização neoliberal por parte da extrema-direita europeia; por fim, o papel da religião é limitado na força política da extrema-direita europeia, enquanto no Brasil, “as Igrejas neopentecostais, com seu discurso homofóbico e antifeminista ultrarreacionário, tiveram um papel essencial na vitória de Bolsonaro” (Löwy apud Mattos, 2020, p. 95).

No Brasil, o conservadorismo é acompanhado do neofascismo, daí porque nos debruçamos sobre esse debate controverso a partir da contribuição de Marcelo Badaró Mattos. Em seu livro *Governo Bolsonaro: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil*, o autor lembra que o fascismo já foi representado pela Ação Integralista Brasileira (AIB) (Mattos, 2020), que apontava como seu principal inimigo o Partido Comunista Brasileiro, perseguindo seus militantes e divulgando uma propaganda anticomunista e baseada em três pilares: Deus, Pátria e Família – mesmo lema defendido com fúria destruidora e assassina pela direita contemporânea.

Os integralistas, apesar de ilegalizados pelo Estado Novo varguista, não desapareceram com a redemocratização de 1945. Pelo contrário, Plínio Salgado e seus seguidores fundaram um partido (Partido de Representação Popular – PRP) e participaram de todo o processo político entre 1945 e 1965, contribuindo, como analisou Gilberto Calil, para a “manutenção da dominação burguesa” naquele período. Na análise do movimento integralista e de seu partido, Calil evidencia seu papel “no enfrentamento, contenção e denúncia dos ‘comunistas’; na afirmação de uma concepção excludente de ‘democracia’; na defesa incondicional da propriedade privada” e na atuação nos diversos espaços institucionais a partir de um projeto de “graduais reformas regressivas, em consonância com a ordem dominante”. Os integralistas, que se localizaram bem nos espaços abertos pela ditadura instaurada em 1964, não desapareceram totalmente após a redemocratização dos anos

1980, mas assumiram um caráter minoritário e quase clandestino (Mattos, 2020, p. 87-88).

Importante observar, a partir da citação, que os integralistas, não foram erradicados, mas mantiveram-se participando da cena política, ainda que de maneira tímida, chegando mesmo a apoiar a ditadura civil-militar inaugurada em 1964. Muitos dos princípios e valores integralistas se entrecruzam com os conservadores e estão presentes no próprio discurso de Jair Bolsonaro e sua corja. Mattos (2020) apresenta a perspectiva de Loff, que afirma que Bolsonaro é sim neofascista, mas o neofascismo não foi uma característica de seu governo ou do regime político brasileiro recente, “que pode ou não reunir todas as características clássicas do fascismo” (Mattos, 2020, p. 89). Borón compartilha da mesma análise, segundo Mattos (2020):

Entre as características que demarcam a especificidade da “era do fascismo”, estariam: “um bloco de poder hegemonizado por burguesias nacionais” enfrentando-se contra a ameaça da revolução proletária e em disputas nos marcos da expansão imperialista, que desaguaram na Segunda Guerra (enquanto hoje, as burguesias nacionais estariam mortas, submetidas a uma burguesia multinacional); “os regimes fascistas foram radicalmente estatistas” e antiliberais (enquanto o governo Bolsonaro seria radicalmente neoliberal em suas políticas econômicas); “os fascismos europeus foram regimes de organização e mobilização de massas, especialmente de camadas médias” (enquanto Bolsonaro aprofundaria a desmobilização e a atomização social); e, por fim, os regimes fascistas seriam “raivosamente nacionalistas” (enquanto o bolsonarismo seria totalmente subserviente ao imperialismo estadunidense, representando um projeto de recolonização do país). (p. 91)

Para Borón, o governo Bolsonaro foi um regime que se aproximava das sanguinárias ditaduras militares vivenciadas na América Latina do século XX, mas não era fascista. Utilizava o medo como mecanismo de manipulação, bem como a desinformação, o discurso

do ultranacionalismo, mas realizava a prática subserviente aos Estados Unidos, na figura de seu aliado Donald Trump (Mattos, 2020).

O neofascismo brasileiro possui características bastante diferentes do fascismo italiano, até pelas nossas particularidades sociohistóricas, como a violência da autocracia burguesa e o peso do racismo. No movimento neofascista brasileiro, a esquerda é apresentada como inimigo a ser destruído, se invoca um “culto à violência”, se toma o irracionalismo como elemento ideológico valorativo, constrói-se um nacionalismo de forma, mas não de conteúdo, e realiza-se a politização do racismo e machismo (Mattos, 2020). Também é importante destacar que nem todo movimento fascista resultou em um regime fascista, da mesma forma que na dinâmica atual, o movimento neofascista ainda não alcançou o poder ou a hegemonia sobre determinado governo, como provou a experiência de Jair Bolsonaro, que sempre insinuava a intencionalidade de implantar um regime ditatorial neofascista, tramou um golpe com setores das Forças Armadas, como ficou comprovado, mas sem sucesso.

A tentativa de assalto ao poder, por setores ultraconservadores e neofascistas, com o aumento da violência política contra a oposição e a esquerda, o projeto de genocídio que encontrou apoio em alguns empresários e nas Forças Armadas, os acampamentos patrióticos em frente a quartéis militares com o clamor de “suas falanges neofascistas agressivas, que estiveram inclusive acampadas e armadas na Esplanada dos Ministérios, intimidando manifestações contrárias ao presidente e constrangendo o STF e o Congresso” (Behring, 2021, p. 240), as manifestações por uma intervenção militar ou mesmo pela volta da ditadura, dentre outras, culminando no 08 de janeiro de 2023, nas queimadas assassinas, nos absurdos do agro, mostram que o neofascismo tem sim o caráter de “movimentos reacionários das classes intermediárias” (Mattos, 2020, p. 93), que ameaçam a democracia, ainda que se sustentem nela.

É preciso ainda entender que há um imbricamento indissociável entre o político e o econômico. A ofensiva ideológica

burguesa contemporânea, que se apoia nas *fake news*, na desinformação e disseminação de mentiras, que apela à fé de uma massa de trabalhadores e trabalhadoras desesperados pela garantia de condições de reprodução diante da cada vez mais elevada carestia de vida, etc., conta com o forte apoio de frações burguesas, que ampliam a acumulação de capital a partir da financeirização da vida e da superexploração do trabalho. Essa burguesia apoia as medidas de ajuste fiscal permanente dos governos Bolsonaro e Lula, e continuará apoiando qualquer valete que operacionalize medidas condizentes com seus interesses nesse jogo de cartas marcadas, em que, atualmente, perde a classe trabalhadora.

Do que a história nos ensina, é que o fascismo, seja em sua forma clássica, seja em suas atualizações, cujas polêmicas não nos interessam aqui ressaltar, é um movimento cuja ideologia encontra nas condições objetivas da realidade posta, base para difundir-se e enraizar-se na subjetividade da classe trabalhadora, de forma a conter seus avanços, como medida anticrise tomada por setores da burguesia que disputam a hegemonia do Estado, e buscam capturar cada vez maiores montantes do fundo público e alterar legislações historicamente conquistadas mediante contrarreformas - como a contrarreforma trabalhista, previdenciária e tributária-, a fim de ampliar as formas contemporâneas de expropriações e de radicalizar a exploração do trabalho, a fim de garantir e mesmo ampliar a acumulação de capitais.

Como os estudos realizados e expostos aqui, percebeu-se que na realidade brasileira atual, há a operação de uma ofensiva material e ideológica contra a classe trabalhadora, que se encontra em movimento, deparando-se com o grito e a revolta de setores anêmicos que buscam entender e mobilizar sua classe, submersa em um processo de apassivamento iniciado há anos, cuja ruptura, ousamos dizer, ainda não se pode vislumbrar no horizonte. Apassivamento que não significa ausência de lutas, apesar da ainda baixa influência dos partidos de esquerda junto aos setores populares mesmo com os governos petistas. Mas há em curso uma “ressignificação” da luta. O número de greves apresentou uma intensificação no período pré-pandêmico, além de

cada vez mais tomar corpo e força diversos movimentos sociais, especialmente os movimentos feministas e antirracistas, que com a inviabilização de encontros massivos durante a pandemia, tomou e toma as redes sociais e a mídia independente, fazendo um contraponto ao fenômeno do neofascismo.

Ainda assim, não se pode afirmar que a classe trabalhadora está organizada em um nível capaz de realizar um enfrentamento radical e forte o suficiente para frear as ofensivas burguesas, como se pode observar com a aprovação das contrarreformas trabalhista, previdenciária, com a destruição do meio ambiente e suas consequências desastrosas e epidêmicas, com os constantes assaltos ao fundo público e com os ataques à política de assistência social, previdência e de saúde, como observado com o arcabouço fiscal, dentre outras medidas que afetam a vida cotidiana da classe que vive do trabalho.

Lefebvre (1991) era quem (em toda a sua obra) apontava a importância da Utopia como necessidade para a continuação da luta. Qualquer análise de conjuntura que fizemos com seriedade nos aponta um cenário no qual o pessimismo da razão é maior que o otimismo da vontade. Ainda assim, é preciso nos orientarmos por uma Utopia de dias melhores. Precisamos, nós que queremos a transformação social e que assumimos o compromisso com os interesses da classe trabalhadora (*em si e para si*), pensar coletivamente estratégias de alcance desse horizonte.

Referências

BEHRING, Elaine Rossetti. *Fundo público, valor e política social*. São Paulo: Cortez, 2021.

BEHRING, Elaine Rossetti. Ajuste fiscal permanente e contrarreformas no Brasil da redemocratização. In: SALVADOR, Evilásio; BEHRING, Elaine; LIMA, Rita de Lourdes de (Orgs.). *Crise do capital e fundo público: implicações para o trabalho, os direitos e a política social*. São Paulo: Cortez, 2019.

ESCORSIM NETTO, Leila. *O conservadorismo clássico: elementos de caracterização e crítica*. São Paulo: Cortez, 2011.

FIEC. *A Indústria apoia a campanha Todos pela reforma da previdência - Pro Brasil não quebrar*. Fortaleza: Federação das Indústrias do Estado do Ceará, 2/02/2018. <https://www1.sfiac.org.br/fiec-noticias/search/112191/industria-apoia-campanha-todos-pela-reforma-da-previdencia-pro-brasil-nao-quebrar>

IASI, Mauro Luis. O espírito de um tempo carente de espírito. In: BOSCHETTI, Ivanete; SALVADOR, Evilásio; STEIN, Rosa Helena; TEIXEIRA, Sandra Oliveira. (Org.). *Que política social para qual emancipação?* 1º ed. Brasília: Abaré Editorial, 2018.

IBRAHIM, Cesar. Calejon. *Tempestade perfeita: o bolsonarismo e a sindemia Covid-19 no Brasil*. São Paulo: Contracorrente, 2021.

LEFEBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.

LIMA, Caroline Magalhães. *Cultura da crise e ofensiva ideológica burguesa no Brasil do tempo presente*. 2023. 296 f. Tese. (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

MATTOS, Marcelo B. *Governo Bolsonaro: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil*. São Paulo: Usina Editorial, 2020.

MOTA, Ana Elizabete. *Cultura da Crise e Seguridade Social*. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2015.

MOTA, Ana Elizabete; RODRIGUES, Mavi. Legado do Congresso da Virada em tempos de conservadorismo reacionário. In: UFSC. *Revista Katálysis*. n. 23. Vol. 2. maio-ago de 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-02592020v23n2p199> Acesso em 06 de maio de 2023.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. *Economia Política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2011.